

O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PROBLEMATIZAÇÃO INICIAL

Dra. ANA CARLA DIAS CARVALHO

Doutora em Educação – UNIMEP
Professora do curso de Educação Física – UFG/CAC

Dra. MARIA DO CARMO MORALES PINHEIRO

Doutora em Educação – UNIMEP
Professora do curso de Educação Física – UFG/CAC

Ms. MARISTELA VICENTE DE PAULA

Mestre em Educação Física – UNICAMP
Professora do curso de Educação Física – UFG/CAC

Resumo | Este artigo aborda a experiência de condução da disciplina Estágio Curricular Supervisionado II do curso de Educação Física do Campus Catalão da UFG, além de mapear os inícios de uma investigação que a respectiva experiência suscita desde o ano de 2010. Perspectiva-se problematizar o processo formativo desencadeado pelo trabalho da disciplina que desenvolve conteúdos que impulsionam o acadêmico de Educação Física a viver o cotidiano da escola pública e construir processos pedagógicos provocativos na Educação Infantil e na Educação Especial. Num momento em que o movimento da prática tensiona a teoria, emerge uma dificuldade fulcral: a lida com o próprio pensamento no processo de escolha teórico-metodológica para o trabalho com crianças pequenas e pessoas com necessidades educativas especiais.

Palavras-chave | Estágio; Educação Infantil; Educação Especial.

Se a formação do professor de Educação Física solicita o estudo verticalizado dos processos de educação do corpo em distintos ambientes institucionais nas sociedades contemporâneas, para que compreenda melhor os grupos com os quais a prática pedagógica pode ocorrer, a lida com a realidade concreta do trabalho, que impõe a diversidade cultural e a problemática da exclusão/inclusão social, parece ser uma tarefa que se coloca a um momento muito rico dessa formação, que é a realização dos estágios curriculares, sejam obrigatórios ou não. Assim, o estágio se coloca como um momento de encontro, de problematização e de potencialização entre os estudos e as experimentações proporcionadas pelos campos de trabalho nos quais os acadêmicos podem se inserir.

Tais perspectivas estão em consonância com os princípios da política de Estágio para a formação de professores da Universidade Federal de Goiás, que apontam para:

- I. uma organização curricular que possibilite a apreensão do contexto educacional e a atuação profissional na gestão, planejamento e avaliação do processo educativo;
 - II. o desenvolvimento pleno do educando, a formação cultural e ética para o exercício da cidadania, a inserção crítica na profissão e a qualificação para o trabalho;
 - III. o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional que possibilite criticar, inovar, bem como lidar com a diversidade;
 - IV. a pesquisa como uma dimensão da formação e do trabalho docente;
 - V. formação inicial articulada com a formação contínua.
- (CEPEC, Resolução n. 731, 2005)

Na Licenciatura Plena em Educação Física da UFG/Campus Catalão, a prática pedagógica está colocada na centralidade do curso, articulando-se como eixo norteador na relação com as disciplinas do núcleo comum e do núcleo específico. O estágio localiza a convergência das construções teórico-metodológicas feitas ao longo do curso, possibilitando o exercício do trabalho do professor nos locais onde ele se materializa para a necessária articulação entre estudo, problematização, planejamento, intervenção, reflexão e registro dessas experiências. O Estágio está organizado na forma de disciplina que contém uma carga horária de quatrocentas horas, distribuída igualmente em Estágio Supervisionado I e II, oferecidos respectivamente no 5º/6º e 7º/8º períodos do curso.

Conforme definido pela organização dos professores de Estágio do Curso, que correspondem a um conjunto de seis professores, no Estágio Supervisionado I a disciplina compromete-se em possibilitar práticas pedagógicas no Ensino Fundamental e Médio, lugares em que a institucionalidade da Educação Física como disciplina curricular obrigatória está mais sedimentada e reconhecida. Por sua vez, o Estágio Supervisionado II finca os pés em ambientes que não necessariamente possuem a disciplina Educação Física em suas organizações curriculares, como é o caso das escolas de Educação Infantil (0 a 5 anos de idade) e de Educação Especial, que, além de tudo, possuem públicos muito diversos daqueles com os quais habitualmente os professores-estagiários se deparam.

Uma questão importante a respeito do trabalho realizado nesses campos é que ele pede processos de sensibilização dos estudantes-estagiários de Educação Física com relação ao público ali encontrado, tanto no tocante ao trato com esse público quanto ao trato com o conhecimento específico da área, que nesses ambientes não necessariamente carece de disciplinarização. Além disso, esse tipo de intervenção solicita também que o próprio arsenal cultural dos estudantes-estagiários se amplie no sentido de atentar-se para a existência de produtos culturais melhor elaborados e que destoam dos que mais circulam na grande mídia nacional, já que a ideia-chave do Estágio é a da ampliação do mundo cultural dos públicos da Educação Infantil e da Educação Especial.

Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado II visa desenvolver conteúdos com a finalidade de possibilitar ao acadêmico de Educação Física aproximar-se do cotidiano da escola pública e se reconhecer na função de professor. Nesse momento, o conteúdo teórico-metodológico apreendido no curso é tensionado pela realidade que se impõe: a falta de material, de espaço físico adequado, de formação para o professor da rede, de salários dignos, de uma proposta pedagógica comprometida com as classes populares, dentre outros. A teoria e a metodologia ensinadas esbarram na criança, na pessoa deficiente, no professor em serviço, na administração, enfim, na escola concreta e dinâmica que se apresenta ao professor em formação, exigindo algumas saídas imediatas para problemas complexos e, sobretudo,

solicitando que se aprenda a lidar com os sucessos e com os fracassos advindos das práticas pedagógicas vividas no âmbito escolar.

Intervir, avaliar, problematizar/pensar e intervir novamente são elementos essenciais para começar a construir um lugar como professor (em si e para si; no mundo e para o mundo), o que impulsiona à constituição de certa segurança com relação a esse lugar, ao mesmo tempo em que solicita tempo e espaço para o exercício das dúvidas pertinentes a ele. Nesse processo, a prática e a teoria pedagógica são dois polos em permanente desequilíbrio por meio do qual o acadêmico busca composições e sínteses possíveis, capazes de apontar uma reorientação e revitalização da prática.

Para dar conta das proposições feitas para o Estágio Curricular Supervisionado II, em 2010¹ os acadêmicos foram organizados em dois grupos que, simultaneamente, atuaram nos dois campos de intervenção visados já no primeiro semestre letivo para que, no segundo semestre, fosse feita a rotatividade que permitiria a todos experimentarem tanto a Educação Infantil como a Especial. Ou seja, foi valorizado o encontro com a realidade escolar da qual emergiriam as questões-norteadoras da prática pedagógica nesses lugares um pouco incomuns para professores de Educação Física. Diante disso, o tempo em sala de aula na Universidade foi relativamente curto, porém, suficiente para disparar alguns debates que seriam mais bem percebidos e pensados no movimento de atuação pedagógica.

Nesse sentido, a disciplina buscou pensar a criança e a pessoa com deficiência juntamente, na tentativa de traçar aspectos que as aproximam, principalmente no tocante ao modo como nossa sociedade as vê e as sente. O esforço foi por pensar deficientes e crianças de modo afirmativo, problematizando a perspectiva de negatividade que historicamente os determina e, portanto, os limita. Afinal, é muito comum considerar que

1. Este texto se atém ao Estágio II conforme ele ocorreu em 2010, mas atualmente a disciplina se processa com base nos mesmos princípios e anseios. A pesquisa dessa experiência tem como alvo os formandos de 2010 e 2011.

a criança não entende, que o deficiente (sobretudo, o mental) também não entende, ou simplesmente não percebe em função do que lhe falta: problema motor, físico, sensorial e, em certos casos, psíquico.

Há uma indisciplina constitutiva nas crianças e nos deficientes: descontrole corporal, visceralidade, afetuosidade, irracionalidade, linguagem oral não desenvolvida. Jannuzzi (2004) acerca da deficiência, Kohan (2008; 2003) e Sayão (2002) sobre a infância, mostram que nossa tendência é destacar nessas duas condições humanas os aspectos de descontrole que as compõem, justamente porque precisamos que funcionem no mesmo registro de normalidade característico de nossas sociedades civilizadas. Assim, seus corpos inquietos e desencaixados dos parâmetros de ordem que nos orientam, incomodam bastante, tanto que educar tem a ver com regravar (normalizar) a criança, o que não é tão diferente assim com pessoas deficientes.

Ao retrair as concepções de deficiência mais fortes em nossa sociedade, Jannuzzi (2004) mostra como a perspectiva de indiferença, de piedade e de pragmatismo com relação aos corpos deficientes marca a trajetória de vida dessas pessoas. É apenas no final do século XX, muito por conta de sua auto-organização, que os deficientes conquistam outro status político e social, angariando respeito por sua condição e o direito ao desenvolvimento humano.

Há certa coincidência com relação à Educação Infantil, que se torna direito das crianças a partir das lutas de mães e de professoras preocupadas em garantir uma educação e um atendimento de qualidade para as menores de seis anos de idade, que lhes possibilite cuidado e desenvolvimento a partir de um trabalho pedagógico comprometido com essas dimensões.

Porém, mesmo que os direitos dos deficientes e das crianças tenham avançado, há muito ainda por ser problematizado e transformado, principalmente quanto ao modo como nossas instituições educativas os sentem e os veem.

Pensar criança e deficiente afirmativamente remete a olhar com mais afinco para as potências de tais grupos muito mais do que para suas

insuficiências. Significa ver, sentir e pensar o corpo em sua diversidade, jogando mais luz em suas forças, desejos e possibilidades de desenvolvimento e de vida. Em função disso, educação do corpo e diversidade figuram como temas-chave do Estágio II.

Um dos procedimentos tomados para alavancar esse debate foi a realização de um exercício de memória das infâncias dos estagiários para que se pudesse recolher sensações, impressões e ideias que mapeassem suas concepções de criança. A partir daí, passamos a pensar como poderiam ocorrer as práticas de ensino com pessoas deficientes e com crianças muito pequenas, estabelecendo perguntas como: o que é possível fazer com pessoas que andam e que falam? E com as que não andam e não falam? Com as que andam, mas não falam? Com as que falam, mas ainda não andam ou simplesmente nunca andarão?

Nesse momento, se tratava de pensar questões capazes de confrontar as memórias com os conhecimentos emergentes na formação acadêmica, disparando reflexões sobre os conteúdos que compõem uma disciplina como o estágio e sua incidência sobre a prática pedagógica, considerando-se os lugares em que ela é realizada.

Esses debates visaram preparar os estagiários, mesmo que apenas inicialmente, para o encontro com as realidades da Educação Infantil e da Educação Especial, momento a partir do qual eles tinham três tarefas: elaborar seus projetos de intervenção no próprio movimento de aproximação e atuação nos campos; desenvolver suas propostas de ensino e elaborar seus relatórios finais.

O primeiro contato com as escolas produziu muito estranhamento nos dois grupos, o que foi parcialmente dissolvido na pesquisa acerca do contexto escolar, feita por meio de observações e de uma entrevista com as diretoras das instituições. A partir dessas informações, foram elaboradas análises do funcionamento e das concepções educativas dos referidos ambientes, o que ajudou os estagiários a se situarem e problematizarem aqueles locais.

As intervenções de estágio foram desenvolvidas no período de dois meses e meio, sendo que os estagiários passavam as manhãs inteiras nas

escolas, pois, após suas aulas, aconteciam os pontos de encontro, momentos em que todos (acadêmicos e professoras-supervisoras) se reuniam para discutir os desafios e conquistas postos *no e pelo* trabalho. Esse mesmo movimento é previsto para o segundo semestre letivo, para dar conta da rotatividade dos grupos, já mencionada.

Os pontos de encontro revelaram muitas questões, mas talvez a marca mais forte seja a de um medo inicial de lidar com crianças pequenas e com deficientes, além de certa falta de expectativa quanto ao que fazer e como proceder com esses públicos. Os argumentos vão desde a sensação de despreparo até a falta de interesse em trabalhar com esses grupos. Mas o que se percebe é alguma dificuldade em lidar com a estranheza provocada por grupos *ainda* fora dos padrões de comportamento socialmente aceitáveis. Além disso, nossas observações sobre como os estagiários se movimentam em relação a esse trabalho indicam que os campos de intervenção *exigem* uma prática que acaba predominando no sentido de uma arte do *fazer certo*. Nesse sentido, se revela uma lógica de instrumentalização e de imediatez que secundariza a necessária elaboração teórica dos problemas colocados pela realidade dos ambientes educativos nos quais o trabalho se desenrola. Nesse sentido, parece existir uma espécie de pragmática do pensamento que encaminha os modos de pensar, de agir e de sentir dos acadêmicos.

Do início das aulas e reflexões até o seu fechamento, muitas mudanças ocorreram, principalmente quanto à tomada de uma atitude mais tranquila com relação às possibilidades e limites do trabalho pedagógico. Ainda assim, o modo como os/as estagiários/as expressaram sua elaboração sobre a prática pedagógica desenvolvida, sobretudo em seus relatórios, ainda se colocava como problema.

Com o objetivo de forçar uma (re)elaboração dos estagiários a respeito da educação do corpo de crianças da Educação Infantil e das pessoas com deficiência, o que supõe ampliar o modo de ver o planejamento, no segundo semestre letivo de 2010 debateu-se mais demorada e verticalmente esses temas, ressaltando-se algumas possibilidades teórico-metodológicas de trabalho. Tais debates foram entrecortados

pela realização de um seminário de relatos das experiências pedagógicas desenvolvidas no primeiro semestre letivo e culminaram em um exercício de escrita denominado prova.

O processo vivido nas diversas atividades aqui descritas levantou questionamentos que impuseram a necessidade de dar início à sistematização de uma pesquisa – já em curso no modo de abordar o estágio – capaz de acompanhar e subsidiar o trabalho realizado para ajudar a compreender *como o papel e o lugar do professor se constituem aos poucos no contato e na lida com os grupos sociais visados*.

A realidade complexa do professor em formação no enfrentamento das demandas da prática pedagógica da Educação Infantil e da Educação Especial leva a perguntar como os sujeitos pensam e sentem a condição de estagiários: o que significa o estágio na formação docente? o papel do estagiário se restringe à execução de tarefas reduzidas a sua dimensão técnica ou é capaz de levá-lo a outros modos de pensar a Educação Física e, assim, a uma tomada de sua própria formação? em que medida a pesquisa realmente se materializa como atitude central no exercício da prática pedagógica?

Além disso, o acompanhamento e a condução do Estágio inquietam sobre as concepções dos estagiários em relação à criança e à pessoa com deficiência, pois são elas que orientam sua ação. Aqui se atravessam temas como diversidade cultural, étnica e de gênero, violência e agressividade, carência afetiva, disciplina, controle da aula e do grupo, domínio do conteúdo, que também precisam ser melhor elaborados, pois fica a questão a respeito de como professores em formação reagem frente à ausência de disciplina bem sedimentada nos corpos infantis e nos corpos deficientes.

O caso é que quando os temas supracitados não são tornados problemáticos, a tendência é que se reproduzam muitas das práticas historicamente criticadas em educação, naturalizando-se a lógica do castigo, da educação compensatória, da normalização, da homogeneização dos comportamentos e da captura das diferenças.

A problematização do contexto no qual o Estágio na Educação Infantil e na Educação Especial se insere remete à seguinte pergunta: qual o

lugar do pensamento no Estágio Curricular Supervisionado II, momento da formação que privilegia o exercício de uma prática pedagógica?

Afinal, o tipo de experimentação realizada no estágio pode produzir um deslocamento no modo de pensar e sentir a infância e a pessoa com necessidades educativas especiais? Como a trajetória perspectivada *na e pela* disciplina vem ajudando os estagiários a perceberem esse momento da formação superior? Diante do desenho traçado e retraçado por nós, como é possível avaliar os movimentos que ocorrem?

Por ora, essa pesquisa tem como propósito mais amplo tornar problemáticos os modos de pensar que vigoram no Estágio II a partir da compreensão de que o pensamento é também uma prática. Especificamente, pretende-se identificar e sistematizar significados e concepções de infância e de deficiência manifestos no exercício docente dos acadêmicos, por indicarem os fundamentos dos planejamentos e como o seu desenrolar é formulado.

As fontes de informações para o desdobramento da pesquisa são encontradas nas diversas atividades que constituem o processo aqui identificado: escritos de memória da infância, projetos de intervenção e relatórios finais, falas dos estagiários sobre as práticas pedagógicas (captadas nos pontos de encontro e no seminário de relatos de experiências). Todos esses momentos são essenciais para avaliar como os processos de planejamento/fundamentação, atuação e registro escrito da experiência são desenvolvidos, pensados e repensados.

O foco deste estudo inicial é a tentativa de compreender como os estagiários lidam com o trabalho do professor, que requer um pensar e um fazer pedagógico imbricados. Daí uma pergunta não pode calar: que sentidos os estagiários conseguem atribuir ao trabalho pedagógico desenvolvido nos campos da Educação Infantil e da Educação Especial? Tal questão está inevitavelmente atrelada à experiência de vida dos estagiários, portanto, coloca uma categoria relacional em discussão. Desse modo, o sofrimento inicial dos acadêmicos se coloca como ponto importante de

debate, pois sua dificuldade em entregar-se ao trabalho no sentido de colocar seu corpo a disposição daqueles momentos e lugares, com envolvimento e sem desconfiança, aponta para a centralidade da categoria vida na formação docente, que vai além da racionalidade da organização do trabalho pedagógico.

O tempo e o lugar de uma didática da educação física, que venha realmente contribuir com os professores da área, para que se percebam e se constituam como autores de seu trabalho docente, é a vida. E pensar a vida nesse sentido, não pode ser um exercício de mera racionalidade ou mera cientificidade. (BRACHT; CAPARROZ, 2007 p. 32-33)

As dificuldades de entrega ao trabalho dos estagiários, certamente pedem estudo e problematização constantes do trabalho realizado, mas também solicitam a composição de uma sensibilidade apta a captar sinais e outros detalhes advindos dos corpos infantis e deficientes para que se possa desencadear intensas experiências com eles, capazes de vitalizá-los e, assim, vitalizar a própria prática pedagógica em curso. A esse respeito, Kohan (2008) afirma que mais do que uma escola-verdade, faz-se necessária uma escola-experiência na qual haja a

possibilidade de um corpo-experiência, ou seja, de uma relação de experiência com o corpo. Neste caso, as práticas corporais não visam a consolidação e a transmissão de uma verdade sobre o corpo, mas, ao contrário, colocar em questão as verdades que o corpo carrega consigo. (KOHAN, 2008 p. 17)

Destacar e compreender esses aspectos nos leva a retomar o modo de condução do Estágio II, perguntando se ele é capaz de incidir com alguma força na desconstrução de certa pragmática do ver e do fazer dos professores em formação, tendo na vida uma categoria maior para potencializar a sensibilidade do olhar, do fazer e do pensar.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. A. S. C. Estágio e pesquisa: uma contribuição à formação de professores de educação especial. In: JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R. *et al* (Orgs.). *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 271-280.

BRACHT, V.; CAPARROZ, F.E. O tempo e o lugar de uma didática da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 28, n. 2, p. 21-38, janeiro 2007.

CEPEC/UFG. Resolução CEPEC n. 731: define a política de Estágios da UFG para a formação de professores da Educação Básica. Goiânia: UFG, 2005.

KOHAN, W. A escola, a disciplinarização do corpo e as práticas pedagógicas. *Salto para o futuro - O corpo na escola*. Ano XVIII, n. 4, p. 14-18, abril/2008.

KOHAN, W. **Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

JANNUZZI, G. Algumas concepções de educação do deficiente. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004.

SAYÃO, D. T. Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à Educação Infantil e à Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 2002.

Recebido: 08 julho 2011

Aprovado: 13 julho 2011

Endereço para correspondência:
Maria do Carmo Morales Pinheiro
Rua João Arcanjo Duarte, 146
Setor Ipanema
Catalão – GO
CEP: 75705-140
carmopin@gmail.com